

ANAIS DO
IV SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo PROF. EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA

COLONIZAÇÃO E
MIGRAÇÃO

XXXI

Coleção de *Revista de História* sob
a direção do Prof. Eurípedes
Simões de Paula.



São Paulo
1969

DISCURSO DO PROF. FRANCISCO MACHADO CARRIÓN.

Professor e Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Senhores professores.

Reunidos estamos, para dar início aos trabalhos do IV Simpósio Nacional da Associação dos Professores Universitários de História, que tem como tema fundamental o estudo da “Migração e Colonização”.

Desnecessário será ressaltar a importância do assunto que ora nos congrega, principalmente em um país onde os problemas da imigração e colonização ainda constituem um desafio às gerações contemporâneas.

Já vai longe o tempo em que o professor de História se atinha apenas à narração autêntica e bem ordenada dos acontecimentos memoráveis do evoluir humano, muitas vezes de caráter meramente episódico ou romanesco, sem conteúdo de profundidade, aguçantes de uma curiosidade fantasiosa.

Tanto o professor de História como o historiador modernos, entendem que, “sendo a História uma profunda realidade espiritual”, não é nem um simples empirismo, nem uma compilação material de fatos, como ensina Berdiaeff, mas deverá considerar os feitos humanos, não em si mesmos, e sim como produto de seres sociais e com encadeamento causal, na observação muito exata de Villada.

Permiti socorrer-me de Bloch, em sua *Introdução à História*, para dizer-vos que

“a História não terá direito de reivindicar seu lugar entre os conhecimentos verdadeiramente dignos de esforços, senão no caso de que, em vez de simples enumeração, sem laços e quase sem limites, nos prometa uma classificação racional e uma inteligibilidade progressiva”;

fugindo-se de nela ver, em lugar de um conhecimento verdadeiramente científico, uma espécie de jogo estético, dos “historiadores historizantes”.

Assim, a velha História narrativa, depois de passar pela fase pragmática e genética, apresenta-se-nos, nos dias presentes, em seu aspecto marcadamente sociológico-cultural, que aglutina os anteriores, superando-os, e dando ao homem moderno uma visão de universo, em que se procura o sentido e o destino dela.

Não deveremos esquecer que o suceder, embora signifique tempo, não implica necessariamente em mudança, supondo, porém, um sentido finalístico.

O histórico tem um profundo significado ontológico, por sua essência mesma, e não apenas fenomenal; é a revelação do destino universal e do destino humano como eixo daquele.

Daí que a História, ao conhecer-se sua etiologia, para chegarmos ao diagnóstico do mistério humano, deverá, antes de tudo, ser encarada mais como uma realidade cultural do que cronológica.

E, detendo-se o historiador para contemplar a “caravana humana” em suas marchas e contramarchas, procurando conhecer-lhe o conteúdo e destino, no afã muito justo de desvendar profeticamente sua mensagem, esbarrará com os fatores que a condicionam, sem a determinar, modelando-a, porém, à sua imagem e semelhança.

E, dessa forma, constatará ser o homem realmente o sujeito agente da História, condicionado, entretanto, aos valores culturais e situado dentro da variável psicológica, da constante da natureza humana e do plano providencial.

Não poderá, ainda, desconhecer o sentimento de estabilidade social de povo e a oposta consciência dinâmica e de grande homogeneidade da massa; levará na devida consideração a influência da natureza externa, o meio físico, e a natureza interna da raça; terá que equacionar fatores como religião, o elemento econômico, social, político e tantos outros, modeladores da vida histórica no tempo e no espaço.

Ficará, outrossim, muitas vezes perplexo ao procurar saber se percorremos um período de progresso ou de decadência, se não se servir de uma escala de natureza axiológica.

Progredir, como nos ensina Maritain, é tender à perfeição; mas o progresso histórico não é a soma apenas dos progressos individuais; há um progresso social em si, que chamaremos de Civilização.

E, Civilização não será, como entendem Spengler ou Berdiaeff, um desenvolvimento material, mecânico e extrínseco da vida social, comprometedor da Cultura; também não aceitamos a posição de De los e do próprio Maritain, que distinguem os dois conceitos como graus de uma evolução ascendente.

Para nós, Cultura, é o desenvolvimento particular de um agrupamento, sujeito a todos os elementos que o caracterizam, enquanto que Civilização é o desenvolvimento eminente do grupo, segundo os valores ontológicos da pessoa humana.

Assim, haverá tantas Culturas quantos os meios agentes que dão característico próprio a determinado grupo; as Culturas progredem e, excepcionalmente, poderão regredir. A Civilização é “una unificadora”. Poderemos falar de uma Cultura pré-histórica, chinesa ou árabe, decadente ou progressista; conheceremos uma só Civilização, personalística, humanizante.

Uma Cultura progressista, no sentido axiológico, conduz à Civilização.

Civilização não é apenas processo, é também resultado; há nela um aspecto dinâmico, mas há também outro estático: é um *fieri* e um *factum*; constitui-se em uma *Weltanschauung*, uma concepção de vida.

O processo civilizador ultrapassa a mobilidade do histórico e serve-lhe de suporte. Constitui-se uma espécie de “poder criador anímico”, de que nos fala Weber, que se desenvolve em tôdas as direções e através das sucessivas épocas.

E, chegados a essa altura do perquirir histórico, assalta-nos uma pergunta que merece a devida resposta: tem sentido a História? E, qual é êsse sentido?

Antes de responder, diremos com Henri Berr:

“Muito mais que antropologia e que geografia, a História é lógica. A contingência favorece ou prejudica a esta lógica, mas ela é o princípio de inteligibilidade”.

A lógica da História constitui-se na doutrina dos princípios do conhecimento histórico, que, como Teoria da História, procura seu sentido, os fatores, as leis, a meta ou o fim da História, chegando à Filosofia da História.

A História fornece a substância, como que a matéria prima das observações da Filosofia da História, pois é ela que recolhe, controla e narra os acontecimentos; mas, é a Filosofia da História que separa e distingue, através da trama histórica, o permanente do passageiro, o necessário do contingente, o constante do acidental, enfim, procura o traço humano debaixo da máscara nacional, o sentimento universal sob os preconceitos de países ou do momento, a lei ante o fenômeno.

Entre as causas da ação humana há uma hierarquia ontológica, de tal forma que a causa final se constitui na causa das causas e a

causa eficiente entre as causas intrínsecas; não se nega o valor das últimas, mas se as valoriza à luz dos princípios absolutos.

O erro de muitos filósofos da História tem sido o de superestimar demasiadamente os valores materiais ou, de outro lado, em demasia a liberdade humana.

Para chegar-se à Filosofia da História e dar-se resposta à pergunta sobre o sentido da História, não há dúvida que é necessário conhecer-se a ação humana em sua individualidade concreta, objeto do simples historiador, e a filosofia do ser, do qual a realidade social não é mais do que um modo accidental do existir.

Só por um processo de particularização e de generalização, é que poderemos chegar ao conhecimento do sentido e do fim da História.

A Filosofia da História

“abraça em seu imenso horizonte o homem e o mundo, o homem de todos os tempos e de todos os países, o mundo inteiro, que lhe serve de moldura ao painel, de cena no drama de nosso destino”,

procurando sua “causa, lei e fim”.

E, a lei que rege o desenvolvimento da Humanidade, não será certamente o eterno retorno de que nos fala Vico, à semelhança do pensamento do grego Políbio.

A “História ideal” do filósofo renascentista, que defende uma filosofia da História dos “povos que se negam a morrer”, procura substituir, para a nova “barbárie refletida”, muito mais trágica do que a barbárie da natureza, a idéia de Juízo Final, pela perpétua renovação.

Não a teremos também explicada pela concepção romântica de Herder, que reduz a História a uma geometria, em que a orografia da Ásia, Europa, África, América, a distribuição de suas montanhas e de seus vales, o contorno de seus mares e a impetuosidade de seus rios moldam as culturas; além de reduzir “toda criatura a um simples número, o silêncio de suas selvas ou a aridez de seus desertos, modelador do grande denominador que é a natureza mesma”, nas palavras do romântico filósofo alemão, dá o mesmo à nação a unidade orgânica natural, representada pela cultura nacional, o que desloca o eixo da História.

Já Rousseau tentara explicar o sentido da História caindo em erro oposto, ao defender a liberdade absoluta de um homem associal, que, contraditoriamente, constituiria uma História meramente contratual.

Tal concepção, por antinatural, antijurídica e irreal, impede uma visão de universo dentro da História, redú-la a uma soma atômica de vontades; filho do Iluminismo, ao admitir que o homem em sociedade renuncia a todos os seus direitos, para reformulá-los por um pacto social, transforma a História num simples registro da degradação humana.

Embora com mais profundidade filosófica, Spencer, apoiando-se no positivismo de Comte e aceitando o transformismo de Darwin, enquadra a História dentro de uma evolução retilínea, no sentido da complexidade e da heterogeneidade, confundindo progresso com evolução.

Rejeita qualquer elemento metafísico e explica o progresso por sua lei de diferenciação, assim formulada:

“Tôda fôrça ativa produz mais de uma transformação, tôda causa produz mais de um efeito; a multiplicidade dos efeitos deriva da instabilidade do homogêneo, e esta instabilidade se explica por um duplo fato: de uma parte, a persistência da fôrça inerente aos seres; doutra, a impossibilidade de uma união homogênea infinita. A fôrça persistindo em agir, todo agregado em progresso perde sua homogeneidade e passa de um estado indefinido e incoerente a uma estrutura definida e coerente. Tudo no universo, não é senão ação e reação; tudo se une, se troca, se emaranha: donde se segue, por consequência, que uma mudança vindo a se efetuar sôbre um ponto, tem, por repercursão, prolongamentos quase indefinidos”.

Os efeitos de qualquer mudança seriam tanto mais numerosos, quanto mais modificado fôsse o meio sôbre o qual ela se produzisse.

Dá-nos o grande filósofo o meio de uma cadeia, sem apontar-nos sua origem e seu verdadeiro finalismo.

Outrossim, a teoria spenceriana das três etapas — caça, pastoreio, agricultura — foi cabalmente desmentida pelos estudos de Humboldt, Waitz, Bachofem, Hahn, Schmidt, Koppers, Gerland e tantos outros, o que provocou a dramática confissão do spenceriano Goldenweiser de que o esquema de Spencer já estaria previamente elaborado, antes de os pesquisadores de fatos etnográficos haverem fornecido o respectivo material.

Aproveitando, então, o quadro evolucionista-positivista, Marx, partindo da concepção dialética de Hegel e aceitando o materialismo de Feuerbach, entende ser a infraestrutura econômica, o fundamento e explicação de tôda a História.

A concepção ético-humanista do Estado de Hegel, por êle denominado “espírito vivente”, “razão encarnada”, “deus terreno”, leva

Marx ao materialismo histórico, visão econômica da História, e também visão histórica da economia, que termina no Estado totalitário.

A *praxis*, filosofia da ação, seria para o marxismo, o elemento de equilíbrio, uma síntese, no aparente conflito entre o determinismo histórico e o apêlo à luta.

Surgiria, pois, uma História em que os valores éticos desapareceriam frente a êsse existencialismo ateu; a filosofia da *praxis* explicaria o evolver do histórico.

Reagindo contra êsse quadro de fechamento do histórico dentro do simples fator econômico ou de sua predominância, surge a figura grandiosa de Toynbee que, respondendo ao autonomismo cultural de Spengler, retoma o verdadeiro sentido da História.

Spengler reduz o histórico a uma sucessão de unidades autônomas individuais, que denomina cultura, cada uma com caráter próprio, apenas assemelhadas por seu ciclo vital idêntico.

Toynbee restabelece o sentido de universo dentro da História; com sua idéia de “repto” e de “réplica” no ritmo das culturas, com o “retiro” e o “retôrno”, repõe nas mãos de sua “minoría criadora” o comando do histórico, ao mesmo tempo que responde, tomando o homem com centro, ao pessimismo de Vico.

Toynbee, sem fazê-lo expressamente, retoma também os valores da Civilização, no sentido de unidade, que lhe damos.

E, o “tempo-eixo” da História, de que nos fala Jaspers, numa visão escatológica do histórico, encontraria seu sentido no plano da filosofia agostiniana:

“tôda a História vae a Deus e vem d’Êle; o advento do Cristo é o eixo da História Universal”.

Para concluir êste esforço pela Filosofia da História, diríamos que, em nossos dias, o finalismo da tese evolutiva de Teilhard de Chardin, em vez de negar, confirma plenamente o pensamento agostiniano, quando afirma:

“a história humana se desenvolve entre dois pontos críticos de Reflexão: um inferior e individual — o outro superior e coletivo — num lento processo de Cristogênese”.

Senhores.

Sabemos que há uma lei na História, situada além das suas demais leis de probabilidade e generalidade, como há um progresso na História, que se não confunde com a idéia de evolução, ocupando, seu conceito, o centro da metafísica da História.

A idéia de progresso pressupõe uma finalidade histórica não imanente, isto é, uma finalidade situada fora do processo histórico e

dirigindo-se a um fim extra-histórico, que fica além do domínio do tempo.

E' uma idéia escatológica, pois a História é destino; uma História imanente careceria de sentido.

Outrossim, do confrônto entre Culturas e Civilização, colhemos o princípio de que a Civilização é um processo de universalização:

“Inseparável da Civilização, há uma doutrina metafísica, uma sistematização de universo e das relações entre os seres, que lhe alimenta as energias íntimas e lhe anima e ilumina tôda a vida interior”.

O processo civilizador, como dissemos antes, ultrapassa a mobilidade do histórico e serve-lhe de suporte.

Senhores congressistas.

Estamos vivendo uma época de conflito de culturas; de outro lado, a Civilização humana está realizando a diáspora evangélica e o mundo parece reencontrar-se com os mananciais profundos da Cristogênese de que nos fala Chardin.

Nós, professôres de História, ora reunidos, para debates francos e construtivos, em tôrno de temas de alta atualidade, devemos ter o pensamento posto na dignidade da pessoa humana e em nossa missão de responsáveis, também, pelo destino da Civilização.

Esse foi nosso objetivo, ao meditarmos convosco, nestas palavras de abertura de nossos trabalhos, sôbre o sentido da História.

Antes de terminar, porém, apresento a saudação amiga da gente gaúcha, a todos aqui presentes, que sobremaneira nos honram, em aceitando nossa hospitalidade.

O Brasil inteiro está aqui reunido: são os irmãos do extremo Norte, das barrancas do Amazonas, que nos falam da “terra caída” cantada pelo estro de Catulo da Paixão Cearense; são os homens do Nordeste histórico, os desbravadores do “Grande Sertão: Verdades”, referidos por Guimarães Rosa; são os legítimos herdeiros das glórias dos caçadores de esmeraldas e dos bandeirantes, “violadores dos sertões e plantadores de cidades”; são, enfim, os irmãos do planalto meridional, que se emenda à terra gaúcha, todos unidos a nós, que também demos um pouco de nossos esforços pela grandeza da pátria comum, quando, por nossos antepassados, no antanho, frente à valente gente castelhana, na pata de nossos corcéis dilatamos os horizontes pátrios e com a ponta da lança traçamos as fronteiras sulinas.

Hoje, todos unidos, numa missão tão nobre como a de antes, do desenvolvimento da ciência e da cultura, de integração nacional, solidariedade continental e fraternidade internacional, o Rio Grande do Sul exulta com a vossa presença.

Sêde todos bem-vindos; nossa cidade vos acolhe, os fogões gaúchos estão acesos, para vos obsequiar.